

TEMPO DE REVOLUÇÃO

“QUE AS CLASSES DOMINANTES TREMAM À IDEIA DE UMA REVOLUÇÃO COMUNISTA!” (MARX & ENGELS) - OUT 2023 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 32

FIM IMEDIATO DOS ATAQUES AOS PALESTINOS!

8º Congresso Nacional
da Esquerda Marxista:
um marco na
construção da
organização
revolucionária

p. 08 e 09



**VOCÊ É COMUNISTA?
ENTÃO ORGANIZE-SE**

ACESSE MARXISMO.ORG.BR/JUNTE-SE
OU USE O QR CODE



EDITORIAL

Fim imediato dos ataques aos palestinos!

Os oprimidos têm direito à auto-defesa



Wikicommons

Dia sim, dia sim também, um palestino é morto pelo Estado de Israel de forma violenta – diretamente pelo Exército de Israel ou então pelos “colonos”, que invadem e expulsam diariamente os moradores da Cisjordânia ocupada pelo Estado teocrático. E não estamos contando aqui os que morrem de doença, da falta de cuidados básicos ou, simplesmente, de fome.

Para entender um pouco a situação de hoje, a população total de Israel é de 9 milhões de pessoas, dos quais 75% são judeus (professam a religião judaica). Os ortodoxos (que não trabalham, não servem ao exército e oprimem as mulheres) são 13%. Os palestinos são 20% da população e 5% são considerados “outros”. Só tem cidadania plena no Estado de Israel quem é judeu. Os palestinos que foram expulsos do território, hoje ocupado por Israel, constituem uma população de 5 milhões e meio de pessoas. (sinteticamente, temos o quadro ao lado).

Embora se venda ao mundo como uma democracia, as leis existentes mostram que é um Estado

racista e discriminatório, de caráter teológico. Algumas leis mais evidentes:

Propriedade da terra: a propriedade da terra é pública, pertencente ao Estado. Para morar, uma pessoa aluga a propriedade do Estado. A maioria dos aluguéis é controlado por uma entidade religiosa, o Fundo Nacional Judaico, que determina, em seus estatutos, que só pode alugar terras ou propriedades para judeus. Outras formas de aluguel são os “comitês de vizinhos”, majoritariamente compostos por judeus.

O resultado de tal situação é que os árabes são cerca de 20% da população e ocupam somente 3,5% das terras e propriedades.

Direito a cidadania e casamentos: hoje, qualquer judeu, em qualquer parte do mundo, que queira mudar pra Israel, tem direito a cidadania automática. Os palestinos, por sua vez, tem a sua cidadania contestada a todo momento. Por exemplo, se um “árabe israelense” casa com qualquer pessoa não judia, ela não receberá a cidadania

israelense e viverá como “ilegal” ou “clandestina” em Israel. A lei também proíbe o casamento de um árabe com judeus, porque só existem casamentos religiosos, não existe o casamento civil.

Lei do Estado-nação: estabelece que Israel é um Estado judaico. Ou seja, estabelece que é um Estado teocrático onde a religião oficial é o judaísmo. As outras religiões são permitidas, mas o “povo judeu” (na realidade, os que professam a religião judaica) tem mais direitos em relação à terra;

ocupar a terra de alguém que não seja judeu (é o argumento legal para fazer os famosos “assentamentos” na Cisjordânia ocupada).

Lei do Nabka: proíbe que sejam feitas manifestações lamentando o Nabka (a expulsão do povo palestino de suas terras em 1948) e também manifestações a favor do retorno dos palestinos a suas terras.

Sim, Israel tem eleições, mas a maioria do povo dominada por Israel não pode votar. Seria como se no Brasil proibissem os negros, que já foram proibidos, de votar, ou proibíssemos os indígenas, que também já o foram, de votar. As eleições são uma farsa entre as diferentes facções da burguesia israelense para se manter no poder, geralmente com um alto grau de “negociações” com os “ortodoxos”, que são os que mais votam. A minoria não-judia normalmente tem pouquíssima participação nas eleições, sendo que os partidos árabes conseguem, geralmente, uma representação bastante inferior aos 20% referentes à sua minoria étnica.

População de Israel e Palestina		
Israel		
Grupo étnico-religios	Porcentagem da população	Número de pessoas
Judeus	75%	6.750.000
Ortodoxos	13%	1.170.000
Não ortodoxos	62%	5.580.000
Palestinos	20%	1.800.000
Outros	5%	450.000
Total	100%	9.000.000
Palestinos na Cisjordânia Ocupada		3.000.000
Palestinos na Faixa de Gaza		2.000.000
Líbano		500.000
Total		5.500.000

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

Todos os partidos judeus, apesar das diferentes denominações, concordam com o essencial dessa política de discriminação dos árabes e de outras minorias em Israel.

A Opressão (com maiúscula)

Se essa é a situação no Estado de Israel, com seus próprios cidadãos que não são da religião judia, a situação nos territórios ocupados é de uma Opressão sem limites. O exército protege os “colonos”, judeus que invadem terras e casas de palestinos, expulsando ou, quando há resistência, matando os donos legítimos. O fornecimento de água, energia, comida, insumos de saúde para a população palestina é restrita. Apesar de terem “direito” à sua própria “administração”, essa, na prática, é subordinada à autoridade militar de ocupação. Existe um muro entre Gaza e Israel, e está sendo construído outro muro entre Israel e a Cisjordânia. Até os templos islâmicos, que eram respeitados por serem “sagrados”, passaram a ser vandalizados, e fiéis foram espancados dentro da maior mesquita (Al-Aqsa) em Israel por policiais e ortodoxos ensandecidos.

A região de Gaza se transformou na “maior prisão a céu aberto” do mundo. A restrição à entrada de combustíveis é tão grande que o principal meio de transporte na região é feito por burros. E, surpresa, em janeiro desse ano, por iniciativa de uma entidade de defesa dos animais, que julgam que usar burros para transporte é “maldade”, proibiu-se a exportação de burros para Gaza!

São dois milhões de pessoas em um pequeno território, quase sem água, sem energia, sem comida, sem transporte. E aí surpreendem-se quando os oprimidos se levantam, derrubam cercas “tecnológicas” e invadem, matando todos que consideram seus opressores? Não, cara-pálida! Não se surpreenda com o dia em que os indígenas se cansarem de ser mortos por garimpeiros, de ter suas terras invadidas, suas filhas e mulheres estupradas e chacinarem todos em um acampamento, botando fogo em crianças e até velhos. A revolta dos oprimidos não é bonita nem elegante, não cabe no figurino judicial,

não cabe nas “regras civilizadas”, porque ninguém os tratou como civilizados!

O que é o Hamas?

Todos os sites e vários youtubers colocam a mesma coisa – que o Hamas nasceu a partir do incentivo de Israel. O que eles não explicam é por que ele se tornou um “inimigo” de Israel. Cabe aos comunistas (marxistas) explicar isso a partir do materialismo dialético, da luta de classes.

Sim, o Hamas nasceu e cresceu porque era a única organização “legal” permitida pela ocupação no território de Gaza, enquanto Israel caçava o Fatah (partido de Arafat) e a Frente pela Libertação da Palestina (FPLP), que eram grupos laicos. Então, em poucos anos, só sobrou o Hamas. E se um rio é represado e não encontra saída, ele vai cavar uma fresta, um buraco, em algum lugar. E os jovens que se reuniam nas mesquitas, nas obras sociais, nas escolas do Hamas começaram a se expressar no Hamas.

Assim, o único grupo permitido se tornou a sede da revolta que transpirava por todos os poros, do sangue que gotejava de cada casa violada, de cada jovem espancado, preso ou morto, de cada mulher machucada, de cada criança torturada. A fome e a miséria levam a revolta, e o único local onde eles podiam expressar essa revolta era o Hamas.

A capitulação da direção do Fatah ao imperialismo, ao aceitar a existência do Estado de Israel e a política de “dois Estados”, levou a corrupção e, na prática, a destruição da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) que reunia todos os grupos que lutavam contra a ocupação sionista.

Isso abriu caminho para o Hamas tornar-se majoritário eleitoralmente no território mais sofrido, que era a faixa de Gaza.

O Hamas mantém a perspectiva original de destruição do Estado de Israel, mas distorcida, de um ponto de vista fundamentalista, e quer construir um Estado teocrático islâmico no seu local. O seu método de ação é o método do terror.

Sobre a política e o método, discordamos do Hamas. O terror costuma conduzir na experiência histórica, não a vencer lutas, mas a uma repressão maior. E lutamos por um Estado laico e democrático para toda a Palestina, onde todas as etnias e religiões possam conviver em paz, com respeito mútuo.

Por outro lado, combatemos, de todas as formas, o terror que Israel implanta, a pretexto de “guerra contra o Hamas”.

Não à guerra, não ao massacre

Ao contrário da lenda do “cochilo” do serviço secreto de Israel, o que aconteceu era plenamente previsível. Um oficial do serviço de inteligência do Egito alertou o serviço de inteligência israelita que “algo grande” se preparava na faixa de Gaza, a partir do Hamas, uma semana antes do sábado. O próprio comando do Exército esclareceu que as manobras que via na Faixa de Gaza lhe pareciam “treino”, e não acreditavam que algo sério acontecesse.

Mas há um motivo político para a não colocação do muro de Gaza em sobreaviso: o Exército estava ocupado “protegendo” os colonos na Cisjordânia, que atacam diariamente os palestinos. Estava ocupado defendendo os provocado-

res ortodoxos que faziam provocações no templo de Al-Aqsa espancando fiéis, fossem jovens ou idosos. Ou seja, estava ocupado praticando o que eles acusam o Hamas – terrorismo contra velhos e famílias, também espancando e massacrando famílias.

Surpreendidos pelo tamanho da reação palestina que o Hamas empalmou, eles ficaram paralisados. E quando você oprime demais alguém, quando o aperto é grande, a reação também é violenta. Civis mortos? Isto é mentira pura e simples. Todo “civil” israelense é reservista do Exército, exceto crianças e idosos. Todo mundo é obrigado a servir ao Exército, a não ser os ortodoxos que pregam a morte a toda pessoa que não é judia. O que houve foi retaliação, e a “choradeira” dos “defensores” de Israel deveria olhar o que estão defendendo:



Lembra de algo? Nós lembramos: as declarações dos nazistas referindo-se aos judeus quando da adoção da “solução final”, as câmaras de gás. Alguém se confunde sobre o que é um nazista. Olhe para este ser desprezível e verá a cara de Hitler confundindo-se com a dele.

E Israel já tomou as “medidas”, não contra o Hamas, mas contra a população da faixa de Gaza – cortou eletricidade, água, comida, combustível e suprimentos médicos. ONGs que atuam na faixa de Gaza, inutilmente, estão pedindo que não

cortem nem a água, nem a eletricidade, nem os suprimentos médicos dos hospitais. Mas o que vemos é o cerco imperialista aumentar – agora, todos os países europeus, os “apoiadores” da causa palestina, cortam as verbas “humanitárias”. Sim, vamos fazer o povo sofrer, para aprender que não pode se revoltar contra seus “senhores”, afinal, como explicou o Nazista Yoav Gallant, são “animais”.

Os comunistas têm lado. Estão ao lado dos oprimidos contra os opressores. Explicam que o melhor método de luta é o da Intifada, a mobilização das massas contra o Estado repressor de Israel, a união dos trabalhadores palestinos e judeus contra o Estado ditatorial e teocrático de Israel, a luta comum por um Estado Laico e democrático, onde convivam todas as etnias e religiões (islâmica, judaica, cristã, outras). Sabemos que essa luta é difícil, pois ela requer vencer a ideologia sionista, que hoje é da maioria da classe trabalhadora israelense. Significa construir um partido comunista revolucionário com israelenses e palestinos, que abra caminho para uma vitoriosa revolução proletária que expulse a burguesia e o imperialismo. Uma revolução assim certamente mudará toda a face do Oriente Médio e do mundo.

Os oprimidos não podem esperar programas e palavras de ordem correta. Eles aprenderão com a própria luta. Nesse momento em que eles se levantam, na forma que seja, apoiamos incondicionalmente esta revolta e exigimos o fim da repressão e dos massacres contra os palestinos.

- Pelo fim imediato dos massacres contra os palestinos, parem os bombardeios já!

- Pelo direito ao retorno de todos os refugiados palestinos desde 1948!

- Libertação de todos os presos políticos em Israel!

- Liguem a água, a energia, liberem o trânsito de combustível, de alimentos e de suprimentos médicos!

- Todo apoio à revolta Palestina, Intifada já em toda a Palestina e Israel!

- Abaixo o Estado sionista de Israel, por uma Palestina laica e democrática, onde convivam todas as etnias e religiões (islâmica, judaica, cristã, outras) e os sem religião!



Um menino palestino atira pedras no tanque das Forças de Defesa de Israel

SINDICAL

Intervenção dos comunistas na CUT

RAFAEL PRATA E
FRANCINE HELLMANN

Em 2023, a CUT completa 40 anos de sua fundação e realiza o seu 14º Congresso Nacional, entre os dias 19 a 22 de outubro, em São Paulo. As etapas estaduais, que preparam a nacional, já ocorreram nos estados. Nelas, foram aprovadas emendas ao texto-base para o CONCURTO.

A Esquerda Marxista esteve presente, por meio de delegações da Corrente Sindical Esquerda Marxista, nos congressos estaduais (CECUTs) de São Paulo e Santa Catarina.

Entre os principais temas, que permeiam o processo congressual da Central este ano, estão a forma de financiamento do movimento sindical brasileiro, a crença da direção da Central em medidas de reforma do Estado burguês e o atrelamento da CUT ao governo federal. Todos estes assuntos, por sua vez, passam pela defesa da liberdade e da independência sindical.

Esta máxima, que permanece presente nos documentos da CUT desde a sua fundação, tem tido o seu sentido cada vez mais desvirtuado. Isso porque, historicamente, a luta por liberdade e independência do movimento sindical brasileiro significava o combate contra a estrutura varguista inspirada na *Carta del Lavoro* de Mussolini. Significava ainda a luta contra a unicidade sindical, contra o assistencialismo no interior dos sindicatos, contra o atrelamento ao Estado e em defesa de um financiamento livre e voluntário dos trabalhadores.

Ocorre que, ao longo de décadas, a maior parte dos sindicatos do país se esbaldaram e se adaptaram ao Imposto Sindical, totalmente controlado pelo Estado. Este foi o método de financiamento que permitiu a perpetuação de muitas direções pelegas e da completa desmobilização política de muitas entidades.

Com a retirada deste imposto por Bolsonaro, sindicatos e centrais que não estavam solidamente assentadas sob as filiações e contribuições voluntárias da base foram obviamente impactadas.

Este foi o método de financiamento que permitiu a perpetuação de muitas direções pelegas e da completa desmobilização política de muitas entidades

Agora, ao invés de fortalecer formas de organização pela base, filiações e a sustentação financeira das entidades - por meio das contribuições livres e voluntárias -, a CUT defende uma nova "taxa negocial". Esta taxa vem nos mesmos moldes do imposto sindical, com 1% de desconto de um mês de salário por ano de todos os trabalhadores, sejam eles filiados ou não; sintam-se eles representados ou não por seus sindicatos. Para a direção da CUT, o grande passo democrático desta manobra, em comparação com o imposto sindical, é que ele só será implementado se aprovado em assembleias. O que

não se fala, no entanto, é que essas assembleias podem ocorrer com quórum mínimo.

Esta taxa já foi aprovada recentemente pelo STF e faz parte das discussões sobre a "reforma do modelo sindical" pautadas por um grupo interministerial instalado por Lula em abril, com a participação de 36 membros: 12 dos trabalhadores, 12 dos empresários e 12 do governo federal. Esta é uma comissão nos velhos moldes tripartites, onde os trabalhadores sempre perdem contra governo e patrões.

Santa Catarina

O 14º CECUT SC aconteceu nos dias 1 e 2 de setembro, na capital Florianópolis. Participaram cerca de 300 delegados de diversas categorias. A Corrente Sindical Esquerda Marxista esteve presente com uma delegação de trabalhadores públicos municipais de Joinville, trabalhadores da Companhia Águas de Joinville e trabalhadores em educação de Santa Catarina, em sua maioria jovens.

Apesar de pequena, a delegação dos comunistas presentes fizeram ressoar no congresso a defesa intransigente da liberdade e independência sindical.

Ao longo de todo o congresso, a delegação da Corrente Sindical Esquerda Marxista encontrou problemas com a burocracia sindical, que serve a motivos políticos muito claros de boicote às forças que se opõem à direção.

Já no primeiro dia, o delegado da EM pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) teve o seu credenciamento



Manifetação com balões da CUT

atrasado em mais de oito horas, pois seu nome não havia sido enviado pela entidade sindical ao congresso. Leia aqui o texto de denúncia publicado:



Outro atraso no credenciamento ocorreu com uma suplente eleita pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região (Sinsej), pois a direção da entidade se recusou a pagar sua inscrição.

Ainda assim, nossa delegação apresentou duas emendas fundamentais, para que a CUT incluísse em seu plano de lutas a batalha contra o Novo Ensino Médio e para que se posicionasse contra a taxa negocial. Abaixo, reproduzimos na íntegra essas propostas de emenda:

Taxa negocial:

“Eixo 1. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical. Tópico: sustentabilidade financeira

SUPRESSÃO dos parágrafos 100 a 104 e INCLUSÃO da seguinte redação:

*Pela liberdade e independência sindical!
Contra a taxa negocial!*

Através de um Grupo de Trabalho Interministerial liderado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o governo Lula e o Fórum das Centrais Sindicais estão preparando uma proposta de regulamentação da cobrança de uma taxa sobre os trabalhadores para financiar a estrutura sindical, chamada de taxa negocial.

A taxa seria limitada a até 1% do salário anual do trabalhador e seria cobrada sobre todos os trabalhadores da base, sindicalizados ou não, mediante cláusula em acordo coletivo e aprovação em assembleia.

Essa proposta apenas reforça o atual modelo de organização sindical, baseada na unicidade sindical, na conciliação de classes e no atrelamento das entidades sindicais ao Estado burguês, que outorga o monopólio de representação sobre os trabalhadores através da Carta Sindical e que pretende agora regulamentar a cobrança e a distribuição dos recursos dessa taxa negocial.

A CUT nasceu lutando contra essa estrutura sindical, de cunho corporativista e de inspiração fascista, que sustentava a existência de sindicatos

pelegos na época da Ditadura Militar. A CUT nasceu combatendo pelo fim do imposto sindical, pela ratificação da Convenção 87 da OIT e pela liberdade e independência sindical.

Por isso, a CUT se posiciona contra a taxa negocial e defende que os sindicatos sejam livremente organizados como expressão da vontade dos trabalhadores, sem interferência dos patrões e do Estado e que sejam sustentados exclusivamente pela contribuição voluntária dos trabalhadores.

Plano de Lutas. Parágrafo 190. Diretrizes Eixo 1:

INCLUSÃO:

f) a CUT se posiciona contra a taxa negocial e qualquer forma de contribuição compulsória sobre os trabalhadores, pela ratificação da Convenção 87 da OIT e pela liberdade e independência sindical.”

Novo Ensino Médio:

“Eixo 2. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania Tópico A educação e a reforma do ensino médio Parágrafo 155.

INCLUSÃO

A Reforma do Ensino Médio representa os interesses do capital em privatizar o Ensino Básico, ao entregar os eixos profissionalizantes aos sistemas de ensino privados, como o Sistema S (Senai, Senac etc.). A sustentação do capital privado através do Estado – recursos públicos que poderiam ser investidos nas escolas públicas – passam a enriquecer os capitalistas da educação. Um ataque frontal também aos professores que tem no horizonte a perspectiva de demissão em massa dado que a maioria desses profissionais da educação estão atrelados a contratos temporários. É necessário

afirmar: todo o dinheiro público para a educação pública! Concurso público e estabilidade aos trabalhadores em educação! Isso significa fortalecer os sistemas de Ensino Básico e profissionalizante públicos já existentes, federais e estaduais.

Plano de lutas. Parágrafo 191. Diretrizes Eixo 2

INCLUSÃO

“f) Revogação imediata do Novo Ensino Médio. Concurso público e estabilidade aos trabalhadores em educação. Fortalecimento do sistema de formação profissional público (Institutos Federais e redes estaduais de ensino profissionalizante).”

Ambas as emendas foram apresentadas por nossos delegados nos grupos de trabalho. A emenda sobre a luta contra o NEM não encontrou divergência entre as forças políticas presentes no Congresso e foi aprovada.

Já a emenda sobre a CUT posicionar-se contra a taxa negocial foi considerada “polêmica” e levada a voto em plenário, onde pudemos defendê-la.

O camarada Edson Silva, presidente do Sintraej, fez a defesa da emenda contra a taxa negocial em plenário. Confira:



Como era esperado, esta emenda foi rejeitada pela maioria do Congresso, orientada politicamente pela direção da CUT. Um detalhe importante a ser registrado foi a abstenção das forças políticas O Trabalho e Resistência. Essas corren-

tes reivindicam-se trotskistas, mas a posição de abster-se numa votação de princípio como essa demonstra a adaptação delas à direção pelega da CUT e à própria estrutura sindical vigente.

Também foram apresentadas pela Corrente Sindical Esquerda Marxista duas moções: uma em defesa da vida da professora Mara e outra pela segurança da professora Sarah. Os dois documentos foram aprovados com total apoio dos grupos de trabalho e do plenário.

O texto de Contribuição da Corrente Sindical Esquerda Marxista ao CONCURTO “Por uma CUT classista, de luta, democrática, de base e socialista! Pela liberdade e independência sindical!” também foi distribuído a todo o plenário.

Ao longo do congresso, nossa delegação também realizou uma banca vitoriosa, com a venda do Jornal Tempo de Revolução, da Revista América Socialista e de diversos livros.

Além disso, divulgamos vídeos sobre:

A importância de um diagnóstico correto em relação ao governo Lula-Alckmin e da CUT assumir uma posição de independência de classe frente a este governo, em defesa da classe trabalhadora e do socialismo:



A necessidade de a CUT se posicionar contra a taxa negocial; em defesa de sindicatos livremente organizados, sem interferência dos patrões e do Estado; e

em defesa do financiamento dos sindicatos exclusivamente pela contribuição voluntária dos trabalhadores:



O fato de que a CUT tem tido uma posição correta de “Não à guerra” da Ucrânia, mas que é preciso ir além e convocar atos e mobilizações, colocando em prática o que diz o Manifesto Comunista: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”:



E em diálogo com as categorias que nossos delegados representavam no congresso:



São Paulo

Em São Paulo, nossa delegação distribuiu mais de 300 panfletos para os delegados presentes, publicou vídeos na página do Educadores pelo Socialismo no Instagram e dialogou com dezenas de dirigentes e ativistas sindicais sobre a necessidade da

luta pela liberdade e independência sindical.

Também deixamos claro que a CUT não deve se pautar pela defesa do governo Lula-Alckmin de união nacional com a burguesia e sim pelas reivindicações mais sentidas da classe trabalhadora e da juventude e que deveria colocar toda sua força na mobilização desde a base das categorias, pois só assim é possível defender e ampliar direitos.

Ao longo do congresso, nossa delegação também realizou uma banca vitoriosa, com a venda do Jornal Tempo de Revolução, da Revista América Socialista e de diversos livros

Porém, o evento foi marcado muito mais por discursos de apoio ao governo Lula e por celebrações relativas ao aniversário de 40 anos da CUT, em detrimento da discussão política e do livre debate.

Por fim, para o Congresso Nacional da CUT, a Corrente Sindical Esquerda Marxista estará presente com delegados eleitos em Santa Catarina e São Paulo. São militantes comunistas, trabalhadores da educação e do saneamento básico que estarão lá para representar o combate que os revolucionários travam no movimento sindical brasileiro, em defesa da liberdade e independência sindical, pela ruptura com a burguesia, contra a guerra e pelo internacionalismo proletário.

Rovena Rosa/Agência Brasil



SINDICAL

A greve unificada que colocou Tarcísio na parede: um primeiro balanço e como avançar

LUCAS DAMETTO E
FELIPE CARVALHO*

Outubro começou quente no estado de São Paulo. Mas não estamos falando só do clima. Enquanto estudantes e trabalhadores da USP faziam uma das mais amplas greves dos últimos anos na maior universidade do Brasil reivindicando contratação de professores e a defesa da universidade pública como tal, trabalhadores metroviários e ferroviários de São Paulo, junto aos trabalhadores da Sabesp (saneamento) prometiam uma greve unificada contra os projetos de privatização do governo Tarcísio.

Breve histórico da luta contra as privatizações na CPTM

O projeto de privatização da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) não é uma iniciativa isolada, e sim mais um elo de uma cadeia de ataques – que não é o primeiro nem será o último – e da completa imobilidade das direções dos três sindicatos na categoria ferroviária de São Paulo. Entendendo isso, propusemos a todos os ferroviários de todas as linhas (das bases dos três sindicatos) a criação de um comitê de frente única: o Comitê de Luta Contra a Privatização da CPTM.

Criado em 2019, este Comitê já nasceu com a proposta de unificar os ferroviários da CPTM para o combate conectado às lutas gerais da classe trabalhadora e da juventude, como meio mais seguro para enfrentar os ataques dos governos. Consequentemente, foi proposto que esse Comitê fosse composto também por passageiros do sistema.

De 2019 ao final de 2022, o Comitê combateu pela frente única contra as privatizações a cada novo



Estações lotam com a greve dos metroviários em São Paulo

ataque: entrega das linhas 8 e 9; combate à política da direção da empresa durante a pandemia, que ceifou a vida de dezenas de trabalhadores; construção do comando de greve em 2021 e luta pela revogação da concessão das linhas 8 e 9 já em 2022.

Cada uma dessas etapas e combates, com suas reviravoltas, as perseguições que sofremos que resultaram em duas demissões do camarada Dametto – e a vitoriosa luta por sua readmissão – foram expostas em uma série de artigos que podem ser encontrados no site da Esquerda Marxista. Por isso, não cabe aqui entrarmos em detalhes.

O que cabe dizer aqui é que foi por meio de cada um desses combates que aproximamos os melhores elementos da ferrovia, ganhando passageiros para a luta contra a privatização que atuam ativamente na construção do Comitê, construindo a organização como uma referência dentro e fora da categoria, impossível de ser ignorada pelas direções do movimento.

A batalha por uma greve unificada

Na categoria dos metroviários, uma poderosa greve teve lugar em março deste ano. Ela parou a cidade por um dia, colocando o governo na parede. Foi preciso todo o peso jogado pela direção majoritária do sindicato (Resistência

e PSTU) para fazer passar a proposta de fim da greve na assembleia dos metroviários, por apenas 21 votos de diferença dentre mais de 3 mil votantes.

Levando em consideração os mais de 100 votantes à disposição da direção da empresa (cargos administrativos e de confiança) e mais os votos dos diretores do sindicato, fica evidente que na verdade na base da categoria a proposta de continuidade daquela greve tinha o apoio da maioria, mesmo com a direção majoritária do sindicato defendendo o fim da greve.

O que temos visto é que a cada passo da luta, as atuais direções sindicais têm se colocado como um obstáculo a ser vencido pelos trabalhadores.

Esse episódio de março foi apenas mais um choque entre uma base de trabalhadores disposta ao combate e uma direção vacilante. Ele deu origem, meses mais tarde, ao “Movimento Sindicato nos Trilhos”, que lançou um manifesto exigindo a eleição de delegados sindicais de base como tentativa de combater a burocratização da direção do Sindicato dos Metroviários.

O papel cada vez mais destacado do Comitê na CPTM – assim como o nosso papel enquanto Esquerda Marxista na sua criação e impulsão – e o papel jogado pelas direções no metrô

levaram, inclusive, à abertura de nosso trabalho sindical na categoria vizinha, com a edição do boletim “Composição Marxista”, editado e lançado conjuntamente em ambas as categorias – ferroviários e metroviários.

Durante anos, ouvimos das direções sindicais da CPTM que a privatização não era uma ameaça real. Depois, quando finalmente os leilões foram marcados, essas mesmas direções se recusavam a convocar as bases para a mobilização e defendiam a posição de que a luta devia se dar judicialmente. Ao final, um dos sindicatos (Sorocabana) perdeu toda a sua base de filiados com a privatização das linhas 8 e 9.

O Comitê seguiu o combate cotidiano contra as privatizações, explicando pacientemente para as bases da categoria que somente a unidade dos trabalhadores poderia derrotar os planos privatistas dos governos. Era necessária uma greve unificada.

Iniciamos então uma campanha na CPTM pela realização de uma assembleia que reunisse os ferroviários de todas as linhas. Nos dirigimos em carta aberta às direções sindicais para que convocassem uma assembleia conjunta. O abaixo-assinado foi um grande êxito entre os ferroviários da base e as burocracias sindicais não tinham mais argu-

mentos para se recusar a convocar uma assembleia unitária. Uma burocracia jogava a culpa na outra, dizendo que a má vontade vinha do outro sindicato.

Ao final, a pressão da base pela unidade foi tão grande que transbordou a categoria da CPTM e contaminou a categoria dos metroviários. Diante desta pressão, as direções sindicais se viram obrigadas a realizar reuniões entre elas para articular um movimento conjunto. Foram três plenárias realizadas antes da greve, nas quais dois encaminhamentos principais foram tirados: o plebiscito popular contra a privatização e o indicativo de uma greve unificada em outubro para derrotar as privatizações de Tarcísio.

Ao final, a pressão da base pela unidade foi tão grande que transbordou a categoria da CPTM e contaminou a categoria dos metroviários

As assembleias simultâneas e a greve de 3 de outubro

Em 19 de setembro, ocorreram assembleias separadas, mas simultâneas, nos três sindicatos da categoria metroferroviária (Central do Brasil, Ferroviários de São Paulo e Metroviários de SP). Embora tenham sido obrigados pela pressão das bases a realizar esta unidade, os dirigentes sindicais não desejavam nem acreditavam que o movimento pudesse sair vitorioso contra as privatizações. Isso é típico dos reformistas e dos pelegos: não confiam na

força da classe trabalhadora. Então, as direções manobraram para reduzir a escala do movimento.

Nas três assembleias foi apresentada pelas direções dos sindicatos a proposta de uma greve de apenas 24 horas. A argumentação em defesa da proposta foi feita utilizando-se do discurso da unidade e repassando a responsabilidade para os outros dois sindicatos: “Os outros dois sindicatos vão fazer por apenas 24 horas, não podemos romper a unidade!”, berraram os dirigentes nas três assembleias.

Nós, do Comitê e Esquerda Marxista, estivemos presentes nas três assembleias defendendo a greve por tempo indeterminado. Afinal, este foi o encaminhamento tirado nas plenárias unificadas. Além disso, já existiam dois leilões de estações e do pátio do Metrô marcados para os dias 10 e 17 de outubro. Na boca dessas direções a unidade das categorias se converteu em seu oposto, de mola propulsora para o combate ao governo em desculpa para enfraquecer e reduzir o movimento.

Por isso, nossa proposta é que fosse feita uma única assembleia conjunta. Isso limitaria muito a margem de manobra da pelegada. Quando burocracias sindicais querem manobrar, a primeira coisa que buscam é dividir os trabalhadores. Assim, conseguiram aprovar uma greve de 24 horas nas três assembleias para o dia 3 de outubro.

Na véspera da greve, sem aprovação em assembleia e sem sequer consultar os demais sindicatos, a presidente do Sindicato dos Metroviários, Camila Lisboa, declarou à imprensa que as categorias estariam dispostas a fazer uma greve de catracas abertas, na prática, desmarcando a greve aprovada pelas categorias e rompendo a unidade com as demais entidades. Iniciativa a qual combatemos duramente nas bases, tanto do Metrô quanto da CPTM, e que ao final foi abandonada a partir da repercussão negativa da declaração entre os trabalhadores.

A greve de 3 de outubro foi um marco histórico, com uma adesão de 100% no Metrô, paralisando totalmente as linhas e inutilizando qualquer plano de contingência por parte do governo. Na

CPTM foram mobilizados os supervisores da tração para manter as linhas 7 e 11 em operação parcial, além de funcionários do administrativo e pessoas com cargos de confiança para furar a greve. Os trabalhadores deram uma imensa demonstração de força e unidade, além de terem podido contar com uma forte adesão da população (enquete da UOL mostrou que 86% apoiava a greve). Isso confirmou nossa leitura de que uma greve bem organizada e militante é capaz de ganhar a simpatia dos trabalhadores de toda a sociedade.

Vale ainda ressaltar o impacto dessa greve e sua influência nas demais lutas da classe operária e da juventude. Estamos assistindo à estadualização das lutas das universidades, algo que não ocorria desde o início dos anos 2000. Também a greve da Embraer e dos trabalhadores terceirizados o aeroporto de Guarulhos. Todas essas lutas poderiam se apoiar mutuamente, mas isso infelizmente sequer passa pela cabeça dos dirigentes sindicais, como vimos na assembleia dos metroviários da noite de 3 de outubro.

Tarcísio é o grande vencedor da assembleia dos metroviários

A forte adesão da categoria e apoio da população não demoveu as direções de seus planos iniciais de fazer a greve por apenas 24 horas. Na CPTM sequer foram marcadas novas assembleias dos sindicatos para discutir os rumos do movimento ao final

do dia 3. No Metrô, onde tradicionalmente há assembleia em dia de greve, novamente a direção majoritária (PSTU e Resistência) jogou seu peso para o encerramento da greve.

O discurso da direção era o de que era melhor encerrar a greve naquela noite e fazer uma nova greve de 24 horas na semana seguinte, no dia do leilão seguinte, 10 de outubro.

Mas não apenas PSTU e Resistência prestaram enorme desserviço para o combate da categoria. A UP também se posicionou pelo encerramento da greve, mas buscando se diferenciar da direção majoritária fez uma proposta alternativa, de que a greve da semana seguinte deveria ser indicada um dia antes, 9 de outubro.

Soma-se a isso o fato de que a mesa da assembleia (PSTU e Resistência), depois de encaminhar a votação pelo encerramento ou continuidade da greve, decidiu encaminhar uma única votação com três propostas: 1) greve no dia 10 (que obteve 32,2% dos votos), 2) greve no dia 9 (que obteve 20,7% dos votos) e 3) não fazer mais greve (que obteve 39% dos votos). Detalhe: Ninguém havia defendido a proposta de não haver greve.

Matematicamente claro está que cerca de 53% dos votantes na assembleia (cerca de 3 mil metroviários) queriam fazer nova greve na semana seguinte, mas a maneira como foi submetido a voto permitiu que a proposta vencedora fosse a da “não greve”, mesmo minoritária.



Cartazes favoráveis a greve dos metroviários de São Paulo

Acabou que o governador Tarcísio venceu a assembleia.

Dois dias depois, a direção do sindicato convocou nova assembleia, mas desta vez a “não greve” venceu por 49% a 46%, refletindo a desmoralização da direção sindical.

Assim, apesar de uma greve fortíssima e vitoriosa, nenhuma reivindicação foi alcançada. Há leilões marcados sem que haja qualquer assembleia ou indicativo de paralisação em nenhuma das categorias.

Nós, os comunistas, seguiremos no nosso combate de frente única pela unidade das categorias contra as privatizações de Tarcísio. Uma grande oportunidade foi perdida no dia 3.

Se essa greve tivesse sido por tempo indeterminado o governo de Tarcísio não resistiria a três ou quatro dias de paralisação da capital paulista.

É preciso ajudar os trabalhadores a tirarem as lições deste movimento. Ficou mais evidente para todos a força dos trabalhadores. O que lhes falta é uma direção disposta a levar sua luta até as últimas consequências.

*Lucas Dametto é maquinista e coordenador do Comitê de Luta Contra a Privatização da CPTM e Felipe Carvalho é diretor de base do Sindicato dos Metroviários de SP. Ambos são militantes da Esquerda Marxista.



Samuel Tuzi

8º CONGRESSO DA EM E ESCOLA DE QUADROS

8º Congresso Nacional da Esquerda Marxista: um marco na construção da organização revolucionária



| FRANCINE HELLMANN

Nos dias 4 e 5 de novembro, a Esquerda Marxista realiza seu 8º Congresso Nacional, na cidade de São Paulo. Precedido pela Escola de Quadros Nacional, que acontece nos dias 2 e 3, este é o primeiro congresso presencial da organização desde 2019, antes da pandemia de Covid-19. Sua importância se dá não apenas pela conjuntura política nacional e internacional da atualidade, mas também por acontecer em meio à campanha “Você é comunista? Então organize-se”, que está expandindo rapidamente o número de militantes da Esquerda Marxista e de todas as seções da Corrente Marxista Internacional (CMI) ao redor do mundo.

As atividades começam na tarde do dia 2, com o Ato Contra a Guerra da Ucrânia, que está sendo organizado em uma frente única com o PCB RR. Esta guerra, que se arrasta com propaganda falsa de ambos os lados, é uma luta entre frações da burguesia por mais lucro. O “Informe político do Comitê

Central ao 8º Congresso da Esquerda Marxista” explica que o combate dos marxistas contra este estado de barbárie em que o capitalismo afunda a humanidade exige a luta contra todos os governos da guerra, o que inclui Putin, todos os governos da OTAN e Zelensky.

“Este combate em cada país deve se expressar em atividades públicas contra a guerra e em escala internacional como expressão da unidade mundial da luta de classes e da necessidade de uma Internacional dos Trabalhadores capaz de transformar em ato con-

creto o que diz o Manifesto Comunista: Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! Nossas palavras de ordem são: Abaixo a guerra! Desmantelamento da OTAN! Cessar fogo imediato! Abaixo o capitalismo! Viva o socialismo!”

Escola de Quadros Nacional

A Escola de Quadros terá início na noite do dia 2, com uma abertura do secretário geral da EM, Serge Goulart, e do camarada do secretariado internacional da CMI, Jordi Matorell. Na mesma noite, será reali-

zada a tradicional coleta financeira.

No dia 3, o primeiro informe será sobre “A dialética em Hegel”, para o qual está sendo indicada a leitura prévia de textos como “A revolução de Hegel na Filosofia”, de Alan Woods, “Sobre a questão da dialética”, de Lênin; trechos do “Prefácio à Fenomenologia do Espírito”, de Hegel; “Teses sobre Feuerbach”, de Marx e Engels; entre outros.

Compreender a dialética de Hegel é compreender uma importante raiz do pensamento marxista. Nas palavras de Alan Woods: “A

Compreender a dialética de Hegel é compreender uma importante raiz do pensamento marxista

dialética de Hegel foi brilhantemente concebida, mas, em última análise, de forma deficiente, porque se limitava ao domínio do pensamento. No entanto, continha o potencial para uma grande mudança do pensamento, que alteraria radicalmente não apenas a história da filosofia, mas a história do mundo. Parafraseando Hegel, o que estava presente em si (ou seja, potencialmente) em sua obra tornou-se uma ideia realizada – uma ideia em si e para si na doutrina revolucionária do marxismo, na qual a filosofia finalmente abandona seu caráter de atividade mental abstrata unilateral, e entra no reino da prática.”

Em seguida, o tema da guerra volta à tona na mesa “O Marxismo e a Guerra”, para a qual está sendo indicado o estudo de textos como: “Manifesto



Fonte: CGT

da Conferência Socialista Internacional em Zimmerwal”, “Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial 1940”, entre outros.

Este informe tem uma atualidade gritante, não apenas pela guerra da Ucrânia, mas também pelos recentes acontecimentos em Israel, quando novos ataques do Hamas deram origem a uma declaração aberta de guerra pelo primeiro ministro Benjamin Netanyahu e a uma escalada do histórico massacre contra o povo palestino (leia no editorial desta edição do Tempo de Revolução, na p. XX).

Por fim, a última mesa de debates da Escola Nacional de Quadros será “O papel histórico do stalinismo e as tentativas de reabilitar Stalin hoje”. Para este último informe, tão necessário em tempos de proliferação dos youtubers stalinistas, algumas das leituras indicadas são: “A Revolução Traída”, de Trotsky; “Comunistas contra Stalin”, de Pierre Broué; “A caça internacional aos trotskistas nos arquivos do CC do PC Soviético e da Internacional Comunista”, de Jean-Jacques Marie; entre outros.

8º Congresso Nacional da Esquerda Marxista

A preparação desta importante atividade começou em junho de 2023, com a divulgação do “Informe político do Comitê Central ao 8º Congresso da Esquerda Marxista”. Como é tradição em nossa organização, este texto dá início aos debates políticos internos que preparam o congresso. Sob esta base política foram eleitos delegados em cada região.

Durante os dois dias em que ocorre o congresso, que é a maior instância da EM, os delegados discutirão a conjuntura nacional e internacional, e definirão a linha política a ser adotada pela organização no próximo período. Além disso, deverão eleger o próximo Comitê Central.

O informe político do CC discute a situação de crise internacional do capitalismo e sua decadência, a guerra na Ucrânia, os ataques à classe traba-

lhadora e como ela resiste em diversos países do mundo.

Sobre o Brasil, o documento analisa o caráter do governo Lula-Alckmin, que busca ser de união nacional com a burguesia, submisso aos interesses centrais dos capitalistas e do imperialismo.

Este governo abriga em seus ministérios representantes da direita e até da extrema direita e se recusa a agir, por exemplo, pela revogação do Novo Ensino Médio. Neste cenário, se sobressai cada vez mais o papel bonapartista do Poder Judiciário, que tenta se alçar acima de todas as classes para salvar a credibilidade do sistema.

Este governo abriga em seus ministérios representantes da direita e até da extrema direita e se recusa a agir, por exemplo, pela revogação do Novo Ensino Médio

Os trabalhadores e, sobretudo, a juventude possuem grande disposição de luta, como mostram as 180 mil assinaturas coletadas para o abaixo-assinado pela revogação do NEM por iniciativa do mandato do deputado federal Glauber Braga (PSOL). Luta após luta, no entanto, tem sido bloqueada pelas direções conciliadoras (UNE, UBES, CUT, CNTE, grandes sindicatos e partidos que reivindicam a classe trabalhadora) e pelas manobras do próprio governo.

Neste contexto, outra importante discussão que deverá ser realizada neste congresso da EM é em relação ao PSOL, partido no interior do qual atualmente a Esquerda Marxista se organiza enquanto tendência.

O Congresso Nacional do PSOL, que aconteceu de 29 de setembro a 1 de outubro, confirmou a política subserviente da direção do partido em relação ao governo. Além disso, a resolução política nacional aprovada define que o PSOL é base de apoio ao governo Lula. O uso dos fundos eleitorais e partidários, que tornam

o partido cada vez mais dependente do Estado e menos independente politicamente, foi reafirmado. Já a resolução eleitoral para 2024 aprovada traz uma manobra para permitir qualquer tipo de alianças sem base programática. Isso porque, ao passo em que este documento veta coligações com partidos que sustentaram o governo Bolsonaro, permite exceções que devem ser analisadas pelo Diretório Nacional.

Esta linha política nada tem a ver com a disposição de luta e atração pelo comunismo que a juventude do Brasil e de diversos países tem demonstrado.

A campanha “Você é comunista? Então organize-se!”, iniciada pela seção britânica da CMI neste ano, resultou em centenas de novos militantes já nos primeiros meses neste país. A partir deste exemplo, no Congresso Internacional da CMI, realizado em agosto na Itália, lançou mundialmente esta campanha. O sucesso tem sido retumbante em diversos países, incluindo o Brasil.

Assim, o 8º Congresso da EM será realizado em meio a um patamar histórico de crescimento e deve discutir também novas formas de estampar a palavra “comunismo” e seus símbolos nos nomes da organização e da juventude, assim como do nosso jornal.

Com firmeza nos princípios, flexibilidade na tática, base sólida na teoria marxista, ação na luta de classes e foco na juventude, este Congresso será um importante marco na construção da organização revolucionária.

“Por um mundo novo, sem exploração, sem classes, sem fronteiras, sem Estado. Um mundo comunista que surja a partir da derrota da classe burguesa, da tomada do poder pela classe trabalhadora, da edificação do socialismo e do definhamento do Estado operário. Este não é um sonho irreal, é uma necessidade histórica para pôr fim à caminhada da humanidade em direção à barbárie. Este é o combate da Esquerda Marxista e da Corrente Marxista Internacional ao redor do mundo”. (Informe político do Comitê Central ao 8º Congresso da Esquerda Marxista)



Milhares de pessoas em toda a Europa protestaram contra a guerra



Lenin e Trotsky durante Revolução Russa de 1917

Fernando Frazão/Agência Brasil



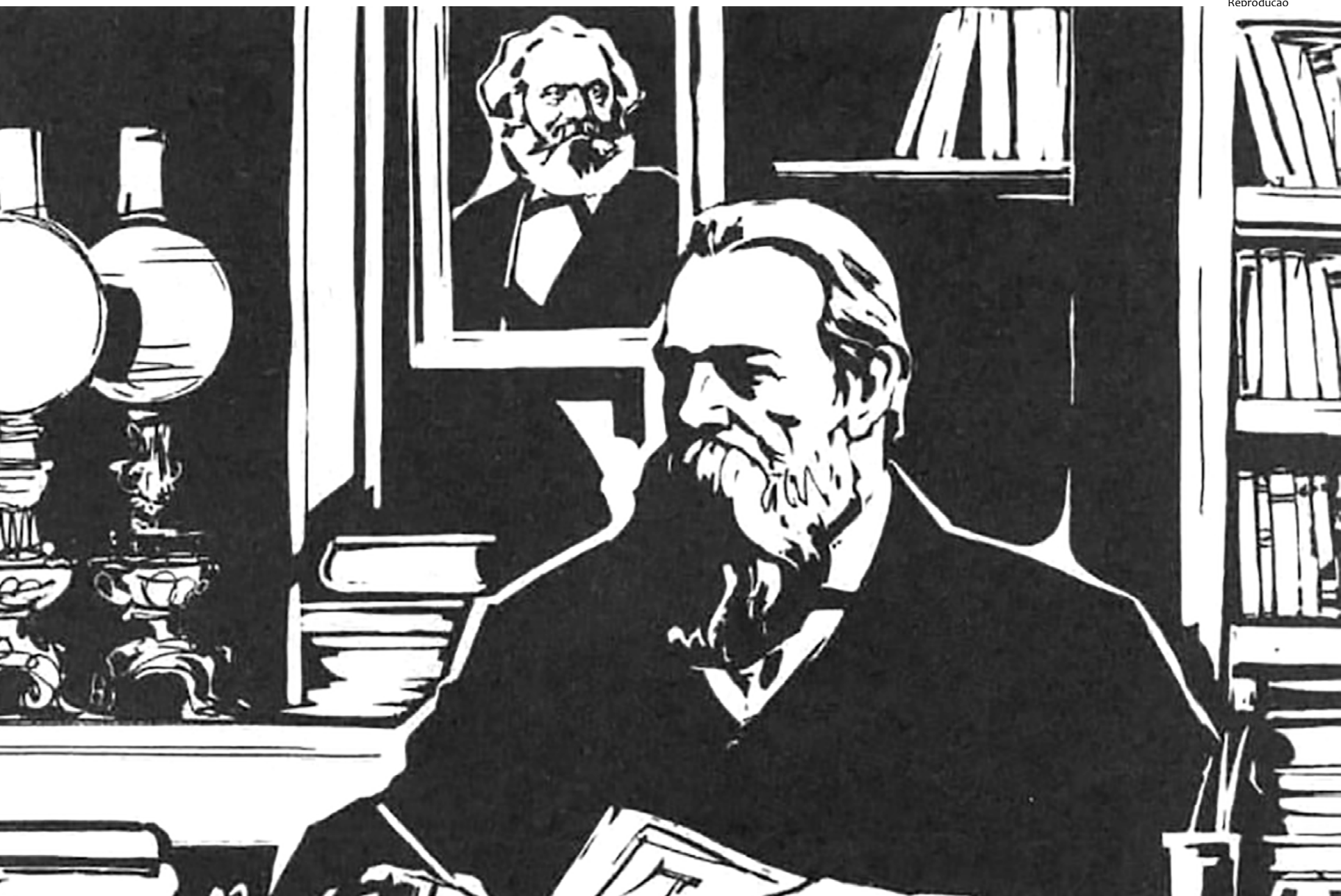
Manifestação de estudantes contra o NEM

rarehistoricalphotos.com



Ativistas com bandeiras do PSOL

TEORIA



Reprodução

Extratos de Princípios Básicos do Comunismo

Esse texto foi escrito por Frederic Engels em 1847 para discussão no congresso da Liga dos Justos. O congresso adotou um novo nome para a organização que passou a se chamar Liga dos Comunistas. Ela deixou de ser uma organização clandestina e passou a se apresentar aberta e publicamente para toda a sociedade com um manifesto que Marx foi encarregado de escrever, o Manifesto Comunista. Apresentamos extratos desse texto que originalmente foi publicado com 25 perguntas e respostas.

O que é o comunismo?

O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado.

O que é o proletariado?

O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lu-

cro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários

é a classe trabalhadora do século XIX.

Como surgiu o proletariado?

O proletariado surgiu com a Revolução Industrial, que aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e que, desde então, se repetiu em todos os países civilizados do mundo. A revolução foi

ocasionada pela invenção da máquina a vapor, das várias máquinas de fiar, do tear mecânico e de toda uma série de outros aparelhos mecânicos. Estas máquinas, que eram muito caras e, portanto, só podiam ser adquiridas pelos grandes capitalistas, transformaram todo o modo de produção anterior e suplantaram os antigos

operários, a medida em que as máquinas forneciam mercadorias mais baratas e melhores que aquelas produzidas pelos operários com as suas rodas de fiar e teares imperfeitos. Estas máquinas colocaram, assim, a indústria totalmente nas mãos dos grandes capitalistas e tornaram a escassa propriedade dos operá-

rios (ferramentas, teares etc.) completamente sem valor, de tal modo que logo os capitalistas tomaram tudo nas suas mãos e os operários ficaram sem nada. Assim se instaurou na confecção de tecidos o sistema fabril. Uma vez dado o impulso para a introdução da maquinaria e do sistema fabril, este sistema foi também muito rapidamente aplicado a todos os restantes ramos da indústria, nomeadamente, à estampagem de tecido e à impressão de livros, à olaria, à indústria metalúrgica. O trabalho foi cada vez mais dividido entre cada um dos operários, de tal modo que o operário que anteriormente fazia toda uma peça de trabalho agora passou a fazer apenas uma parte dessa peça. Essa divisão do trabalho tornou possível que os produtos fossem fornecidos mais depressa e, portanto, mais baratos. Ela reduziu a atividade de cada operário a um gesto mecânico muito simples, repetido mecanicamente a cada instante, o qual podia ser feito por uma máquina não apenas tão bem, mas ainda muito melhor. Deste modo, todos estes ramos da indústria caíram, um após outro, sob o domínio da força do vapor, da maquinaria e do sistema fabril, da mesma maneira que a fiação e a tecelagem. [...]

Por isso, a antiga classe média, em especial os pequenos mestres artesãos, ficou cada vez mais arruinada, a anterior situação dos operários ficou completamente transformada e constituem-se duas novas classes, que a pouco e pouco absorvem todas as restantes:

1. A classe dos grandes capitalistas que, em todos os países civilizados, estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; Esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia.

2. A classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a

fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado.

O trabalho foi cada vez mais dividido entre cada um dos operários, de tal modo que o operário que anteriormente fizera toda uma peça de trabalho agora passou a fazer apenas uma parte dessa peça

Sob quais condições ocorre a venda da força de trabalho dos proletários para os burgueses?

O trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, por isso seu preço pode ser determinado precisamente pelas mesmas leis que qualquer outra mercadoria. O preço de uma mercadoria, sob o domínio da grande indústria ou da livre concorrência – o que, como veremos, vem a dar ao mesmo – é, porém, em média, sempre igual aos custos de produção dessa mercadoria. O preço do trabalho é, portanto, também igual aos custos de produção do trabalho. Os custos de produção do trabalho consistem, porém, precisamente, em tantos meios de existência quantos os [que são] necessários para manter os operários em condições de continuar a trabalhar e para não deixar extinguir-se a classe operária. O operário não obterá, portanto, pelo seu trabalho mais do que aquilo que é necessário para esse fim; o preço do trabalho, ou o salário, será, portanto, o mais baixo possível, o mínimo que é necessário para o sustento. Pelo fato de que, porém, os tempos ora são piores, ora são melhores, para o negócio, o operário ora receberá mais, ora receberá menos, tal como o fabricante receberá ora mais, ora menos, pela sua mercadoria. Do mesmo modo, porém,

que o fabricante, na média dos tempos bons e dos [tempos] maus para o negócio, não obtém pela sua mercadoria nem mais nem menos do que os seus custos de produção, também o operário, em média, não receberá nem mais nem menos do que aquele mesmo mínimo. Esta lei econômica do salário será realizada de forma mais rigorosa conforme a grande indústria for se apoderando de todos os ramos do trabalho.

Que tipo de nova ordem social será constituída?

No início, a exploração da indústria e de todos os ramos da produção em geral deixará de estar nas mãos de cada indivíduo competindo uns com os outros e, em vez disso, será realizada por toda a sociedade, ou seja, pela comunidade, seguindo um plano colaborativo e com a participação de todos os membros da sociedade. Isso eliminará a competição e estabelecerá a cooperação em seu lugar. Uma vez que a exploração da indústria por indivíduos resultava necessariamente na propriedade privada e a competição não passa de um modo de explorar a indústria por proprietários privados individuais, a propriedade privada não pode ser separada da exploração individual da indústria ou da competição. Portanto, a propriedade privada também deve ser abolida e, em seu lugar, será estabelecido o uso comum de todos os meios de produção e a distribuição de todos os produtos de acordo comum, conhecido como comunismo. A abolição da propriedade privada é, de fato, a expressão mais concisa e característica dessa transformação social que é necessária como resultado do desenvolvimento da indústria e, portanto, é justamente apresentada pelos comunistas como a reivindicação central.

Será possível a abolição da propriedade privada por via pacífica?

O ideal seria que isso pudesse acontecer, e os comunistas seriam



Reprodução



certamente os últimos a se contrapor. Os comunistas sabem muitíssimo bem que todas as conspirações são não apenas inúteis, como prejudiciais. Eles sabem muitíssimo bem que as revoluções não são feitas proposital nem arbitrariamente, mas que, em qualquer tempo e em qualquer lugar, elas foram a consequência necessária de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e da direção deste ou daquele partido e de classes inteiras. Mas eles também vêem que o desenvolvimento do proletariado em quase todos os países civilizados é violentamente reprimido e que, deste modo, os adversários dos comunistas estão contribuindo com toda a força para uma revolução. Caso o proletariado oprimido seja levado a realizar uma revolução, nós, os comunistas, defenderemos nos atos, tão bem como agora com as palavras, a causa dos proletários.

Será possível abolir a propriedade privada de uma só vez?

Não, do mesmo modo que não se pode aumentar as forças produtivas já existentes de uma vez só, tanto quanto são necessárias para a edificação da comunidade.

Por isso a revolução do proletariado, que com toda a naturalidade se aproxima, só a pouco e pouco poderá, portanto, transformar a sociedade atual, e somente poderá abolir a propriedade privada quando estiver criada a massa de meios de produção necessária para isso.

Qual o curso de desenvolvimento tomará essa revolução?

Ela estabelecerá, antes do mais, uma Constituição democrática do Estado, e com ela, direta ou indiretamente, o domínio político do proletariado. [...]

A democracia seria totalmente inútil para o proletariado se não fosse utilizada imediatamente como meio para obter outras medidas que ataquem diretamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado. As medidas principais, tal como decorrem, já agora, como consequência necessária, das condições existentes, são as seguintes:

- Restrição da propriedade privada por meio de impostos progressivos, altos impostos sobre heranças, abolição da herança por parte das linhas colaterais (irmãos, sobrinhos etc.), empréstimos forçados etc.;

A democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem diretamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado

- Expropriação gradual dos latifundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e armadores de navios, em parte pela concorrência da indústria estatizada, em parte, diretamente, contra indenização em papéis do Estado;

- Confiscação dos bens de todos os emigrantes (3) e rebeldes contra a maioria do povo;

- Organização do trabalho ou ocupação dos proletários em propriedades rurais nacionais, fábricas e oficinas, pela qual se elimina a concorrência dos operários entre si e os fabricantes são obrigados, enquanto ainda subsis-

tirem, a pagar o mesmo salário elevado que o Estado;

- Igual obrigação de trabalho para todos os membros da sociedade até a completa abolição da propriedade privada formação de exércitos industriais, sobretudo, para a agricultura;

- Centralização do sistema de crédito e dos bancos nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e repressão de todos os bancos privados e banqueiros;

- Multiplicação do número de fábricas, oficinas, ferrovias e navios nacionais, cultivo de todas as terras e melhoramento das já cultivadas, na mesma proporção em que se multiplicarem os capitais e os operários que se encontram à disposição da nação;

- Educação de todas as crianças, a partir do momento em que podem viver sem os cuidados maternos, em estabelecimentos nacionais e às custas do Estado. Combinar a educação e o trabalho fabril;

- Construção de grandes palácios nas propriedades rurais nacionais para moradias coletivas das comunidades de cidadãos que se dedicam tanto à indústria como à agricultura, e que reúnam em si tanto as vantagens da

vida urbana como as da rural, sem partilhar da unilateralidade e dos defeitos de ambos os modos de vida;

- Destruição de todas as moradias e bairros insalubres e mal construídos;

- Igualdade de direito de herança para os filhos ilegítimos e legítimos;

- Concentração de todo o sistema de transportes nas mãos da nação.

Naturalmente, nem todas estas medidas podem ser realizadas de uma só vez. Porém, uma arrasta sempre atrás de si a outra. [...] Finalmente, quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da nação, a propriedade privada desaparecerá por si própria, o dinheiro ira tornar-se supérfluo e a produção aumentará tanto e os homens irão transformar-se tanto, que poderão igualmente tombar as últimas formas de intercâmbio da antiga sociedade.

Esta revolução pode acontecer apenas em um único país?

Não. A grande indústria, pelo fato de ter criado o mercado mundial, levou todos os povos da terra – e, nomeadamente, os civilizados – a uma tal ligação uns com os outros que cada povo está dependente daquilo que acontece a outro. [...] A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados. [...] Ela irá se desenvolver em cada um destes países mais rápida ou mais lentamente, consoante um ou outro país possuir uma indústria mais avançada, uma maior riqueza, uma massa mais significativa de forças produtivas. [...]

Quais são as consequências da abolição final da propriedade privada?

Devido ao fato de a sociedade retirar das mãos dos capitalistas o controle de todas as forças produtivas, meios de comunicação, bem como a distribuição e troca de produtos, e administrá-

-los de acordo com um plano baseado nos recursos disponíveis e nas necessidades de toda a sociedade, as consequências prejudiciais atualmente associadas à exploração da grande indústria serão eliminadas em primeiro lugar. As crises desaparecerão; a produção ampliada, que na ordem social atual é considerada superprodução e uma poderosa fonte de miséria, não será mais suficiente e precisará ser ainda mais expandida. Em vez de causar miséria, a superprodução garantirá a satisfação das necessidades de todos, além das necessidades imediatas da sociedade, criando outras necessidades e meios para atendê-las.

Isso será a condição e o motivo para os novos avanços, sem perturbar a ordem social, como sempre aconteceu até agora. A grande indústria, liberta da pressão da propriedade privada, se desenvolverá em uma extensão tão grande que tornará seu desenvolvimento atual insignificante em comparação com o da grande indústria de hoje. Esse desenvolvimento industrial disponibilizará uma quantidade suficiente de produtos para satisfazer as necessidades de todos. Da mesma forma, a agricultura, que também foi limitada devido

à pressão da propriedade privada e ao parcelamento, experimentará um novo crescimento e fornecerá uma quantidade plenamente suficiente de produtos para a sociedade. Dessa forma, a sociedade produzirá produtos em quantidade suficiente para organizar sua distribuição de modo a atender às necessidades de todos os membros.

A grande indústria, liberta da pressão da propriedade privada, desenvolver-se-á numa tal extensão que, comparado com ela, o seu actual desenvolvimento parecerá tão pequeno como o da manufactura comparada com a grande indústria dos nossos dias

A divisão da sociedade em classes opostas irá se tornar supérflua e incompatível com a nova ordem social. A existência de classes decorreu da divisão do trabalho, que desaparecerá completamente em seu modo atual.

Para levar a produção industrial e agrícola ao nível descrito, não apenas os meios mecânicos e químicos são necessários, mas também o desenvolvimento das habilidades daqueles que operam esses meios. Assim como os camponeses e trabalhadores manufatureiros do século passado transformaram completamente seus modos de vida ao ingressarem na grande indústria, a exploração comum da produção por toda a sociedade e seu novo desenvolvimento criarão uma nova faceta para o ser humano.

A exploração comum da produção requer indivíduos cujas habilidades estejam plenamente desenvolvidas e que possam compreender todo o sistema de produção. A divisão do trabalho, que já está sendo minada pela automação, desaparecerá completamente. A educação permitirá aos jovens passar por todo o sistema de produção e mudar de uma área para outra de acordo com as necessidades da sociedade ou suas próprias inclinações, removendo a unilateralidade imposta pela divisão do trabalho atual.

Assim, a sociedade organizada sob uma base comunista oferecerá aos seus membros a oportunidade de usar

A educação permitirá aos jovens passar por todo o sistema de produção e mudar de uma área para outra de acordo com as necessidades da sociedade ou suas próprias inclinações

plenamente suas habilidades desenvolvidas, resultando na eliminação das diferentes classes. Portanto, uma sociedade organizada com base no comunismo é incompatível com a existência de classes e fornece os meios para eliminar essas diferenças de classe. Isso também significa que a divisão entre cidade e campo desaparecerá. A exploração conjunta da agricultura e da indústria pelos mesmos indivíduos, em vez de duas classes diferentes, já é uma condição necessária para a associação comunista devido a razões puramente materiais. A dispersão da população rural pelo campo e a concentração da população industrial nas grandes cidades são situações que correspondem a estágios subdesenvolvidos da agricultura e da

indústria e representam um impedimento significativo para qualquer desenvolvimento futuro.

Que tipo de influência a ordem social comunista exercerá sobre a família?

Ela fará da relação de ambos os sexos uma pura relação privada, que diz respeito apenas às pessoas que nela participam e em que a sociedade não deve interferir.

Ela pode fazê-lo, uma vez que aboliu a propriedade privada e educa as crianças comunitariamente e, por este fato, anula as duas bases fundamentais do atual matrimônio: a dependência, por intermédio da propriedade privada, da mulher relativamente ao homem e dos filhos relativamente aos pais. Aqui se encontra também a resposta à gritaria tão moralista dos filisteus contra a comunidade comunista das mulheres. A comunidade das mulheres é uma relação que pertence totalmente à sociedade burguesa e hoje em dia reside inteiramente na prostituição. A prostituição repousa, porém, sobre a propriedade privada, e cai com ela. Portanto, a organização comunista, em vez de introduzir a comunidade das mulheres, muito pelo contrário, suprime-a.





Eduardo Munoz/Reuters



O Haiti e a ameaça de uma nova ocupação militar imperialista

| MICHEL GOULART

O debate sobre a criação de uma nova força multinacional de apoio à polícia haitiana, a ser coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU), voltou a ganhar força recentemente. O Haiti, que sofre há décadas com a ocupação de forças militares bancadas pelo imperialismo, vive um caos político e social, que somente pode ser resolvido pela luta dos trabalhadores. Essa situação, em que os trabalhadores sofrem uma dura repressão, certamente ficou pior depois da ocupação iniciada em 2004 e ganhou contornos ainda mais profundos atualmente.

Uma situação explosiva

Em julho de 2021, o presidente Jovenel Moï-

se foi assassinado e Ariel Henry assumiu o poder com o apoio do imperialismo norte-americano. O governo de Moïse havia se tornado cada vez mais autoritário, governando por decreto por quase dois anos após dissolver o Parlamento, quando as eleições não puderam ser organizadas. As próprias classes dominantes e o imperialismo estavam incomodados com essa situação.

Com a escalada da turbulência política e econômica e sofrendo o impacto da pandemia provocada pela Covid-19, o Haiti estava em seu terceiro ano de recessão. A taxa de crescimento do PIB do país caiu de -1,7% em 2019, para -3,3% em 2020 e foi para -1,8% em 2021. A inflação vinha subindo há quase uma década, atingindo uma alta de 22,9% em 2020, caindo para 15,9% em 2021. A de-

teriorização da situação econômica aumentou a miséria da população, em meio a um índice de pobreza em torno de 60% da população. Cerca de 4,4 milhões precisam de assistência alimentar imediata e por volta de 1,2 milhão sofrem de fome extrema.

O novo governo, encabeçado por Henry, se mostrou incapaz de fazer qualquer coisa para resolver os problemas enfrentados pela população do Haiti. Henry dissolveu o Conselho Eleitoral Provisório, adiando indefinidamente as eleições, sendo que o próprio presidente nunca foi eleito e o Senado e a Câmara dos Deputados pararam de se reunir. Como antes o fazia Moïse, Henry governa por decreto e preside uma verdadeira ditadura.

Por pressão do imperialismo, o regime de Henry

cortou o subsídio de combustível do Haiti no início de setembro de 2022. Por um lado, o regime haitiano não pode comprar combustível aos preços do mercado mundial e depois subsidiar o consumo doméstico. Este é especialmente o caso em relação à atual alta do preço do petróleo. Por outro, dados os baixos salários e a pobreza esmagadora, o povo haitiano não pode pagar os preços do mercado mundial pelo combustível.

Uma vez que o subsídio foi cortado, o preço do galão de gasolina (3,8 litros) subiu de 2 dólares para quase US\$ 5. O Haiti não tem uma rede elétrica funcionando, o que faz com que a maioria da população e das instituições dependam de geradores a diesel como combustível. Os haitianos precisam de gasolina, diesel e querosene para acender e cozinhar em casa, para chegar ao

O Haiti não tem uma rede elétrica funcionando, o que faz com que a maioria da população e das instituições dependam de geradores a diesel como combustível

trabalho ou outras tarefas cotidianas. Os aumentos no custo do combustível também aumentam o custo do transporte, o que afeta o preço de outros bens, como alimentos e água.

Outro problema agravado após o assassinato de Moïse passa pela violência das gangues, promovendo sequestros e mortes. As gangues têm laços diretos com a polícia corrupta,

assim como com políticos e com a classe dominante, que as financiaram e as utilizaram em esquemas criminais, para intimidar rivais, para coletar dinheiro e votos, entre outras ações.

Essas gangues fazem uma guerra aberta pelo controle do território, aterrorizando bairros inteiros e se envolvendo no assassinato de militantes e jornalistas. Faz vários anos que a violência das gangues parece fora do controle, especialmente após o assassinato do presidente Jovenel Moïse.

Essas gangues, em meio ao colapso da economia haitiana, cresceram e se espalharam nos últimos anos. Estima-se que as gangues controlam 60% da capital, Porto Príncipe. O grupo chamado G-9, uma aliança que reúne várias gangues, está bem armada e é considerada a aliança criminosa mais poderosa do Haiti, tendo se envolvido em diversos ataques e mesmo massacres.

O G9 é liderado por Jimmy Chérizier, um ex-agente de polícia, ao qual se atribui a participação na morte de nove civis durante uma operação tida como oficial

contra as organizações criminosas de Grand Ravine, um bairro de Porto Príncipe, em 2017. Chérizier se apresenta como uma espécie de “revolucionário” que pode salvar o país da crise. Para protestar contra o corte do subsídio do combustível, a gangue G9 bloqueou o terminal de combustível de Varreux e exigiu a renúncia de Henry no dia seguinte ao anúncio do corte.

A situação econômica e política no Haiti deteriorou-se de tal forma que o imperialismo vem fomentando a ideia de uma nova intervenção “pacificadora”, considerando o pedido de ajuda militar internacional feito por Henry. Para o imperialismo, seria um desastre que a guerra de gangues se transformasse em uma situação de guerra civil, levando ao colapso do governo.

O imperialismo e a ocupação militar

Os trabalhadores do Haiti ainda vivem os traumas da ocupação militar imperialista. O Conselho de Segurança da ONU já aprovou sanções contra

Chérizier. O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, pediu publicamente uma “força de ação rápida” internacional especial para ajudar a polícia haitiana a lidar com as gangues.

Contudo, as Nações Unidas não podem ser usadas de forma confiável pelos imperialistas para uma ocupação militar no Haiti após a desastrosa Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), ocorrida entre 2004 e 2017. Os trabalhadores não reconhecem como legítima uma nova intervenção imperialista e veem tal operação como uma ocupação do imperialismo estrangeiro.

A intervenção militar anterior, que durou 13 anos, teve a participação de diversos países da América Latina, incluindo Brasil, Argentina e Bolívia, na época, respectivamente, governados por Lula, pelo primeiro governo dos Kirchner e por Evo Morales. O Brasil, na época governado por Lula e depois por Dilma, cumpriu papel central nessa ação, tendo enviado mais de 37 mil oficiais das Forças Armadas, sendo o primeiro comandante desta missão de terror o general Augusto Heleno, que posteriormente veio a ser homem de confiança do presidente Jair Bolsonaro. A missão foi responsável por massacres da população haitiana, em nome da “pacificação”.

Um dos fatos mais horrendos da intervenção brasileira no Haiti aconteceu em julho de 2005, quando as tropas de Augusto Heleno massacraram a maior favela de Porto Príncipe, capital do país, conhecida como Cité Soleil. Cerca de 300 homens armados invadiram o bairro e assassinaram 63 pessoas, deixando também mais 30 feridas. O caso foi grave ao ponto de a própria ONU notificar o governo Lula. Na época, devido à repercussão, o governo brasileiro substituiu Augusto Heleno do comando das tropas no Haiti.

Essa ocupação militar serviu para sufocar as rebeliões dos trabalhadores e para pôr fim a qualquer processo de luta independente dos trabalhadores haitianos.

Em toda a sua história, desde a conquista da independência por meio da revolução de escravos negros, no final do século XVIII, o país sofreu a constante agressão militar, econômica e política das diversas potências imperialistas, em especial dos Estados Unidos. Para os trabalhadores haitianos, a MINUSTAH é somente um dos capítulos recentes de um processo de opressão e de resistência.

Em toda a sua história, desde a conquista da independência por meio da revolução de escravos negros, no final do século XVIII, o país sofreu a constante agressão militar, econômica e política das diversas potências imperialistas, em especial dos Estados Unidos

Os trabalhadores em luta

Os trabalhadores do Haiti devem se opor a qualquer intervenção estrangeira. Houve várias intervenções militares e ocupações desde a década de 1990. O problema das gangues, que serve como desculpa para a possível nova intervenção, não será resolvido sob o capitalismo. Talvez as tropas de ocupação consigam derrotar militarmente as gangues, com grande custo para as massas haitianas, mas isso não dará uma solução de longo prazo.

Cabe destacar que, apesar da pobreza esmagadora e das condições difíceis, apesar da violência das gangues, do terror, dos assassinatos e sequestros, o movimento de massa continuou a se organizar no Haiti. No final de abril emergiu um movimento chamado “Bwa Kale” (literalmente “madeira descascada”, uma metáfora para um rápido ato de justiça) em resposta à ascensão da violência provocada pelas gangues.

No dia 24 de abril, cerca de doze membros de

uma gangue estavam atravessando o bairro para se juntar com membros de uma gangue aliada em um distrito próximo. Os gangsters, que não estavam fortemente armados, foram parados e detidos pela polícia. Uma multidão da população local se reuniu no momento da prisão. Pedindo justiça, a multidão atacou e matou os membros das gangues, apedrejando-os e queimando-os até a morte. Esse exemplo, apesar de mostrar certa espontaneidade, mostra que a população quer tomar seu destino em suas próprias mãos e tem estabelecido organizações de autodefesa para proteger os seus bairros das gangues.

O movimento de massas não sofreu grandes derrotas, apesar de tudo. Por causa das dificuldades da vida no Haiti e do terror das gangues, muitas figuras importantes e líderes do movimento de massa foram mortos ou desapareceram. Ativistas proeminentes e líderes de bairros são alvos frequentes das gangues, o que coloca alguns desafios para o movimento de massas.

No processo de luta, não surgiu ainda nenhuma direção revolucionária que pudesse unir os trabalhadores em torno de um programa comum. A fundação de uma organização revolucionária de massas, unida em torno de um programa socialista, é uma necessidade urgente. Os partidos da burguesia e as organizações reformistas capitularam ao regime de Henry ou aos interesses do imperialismo.

Derrubar o regime encabeçado por Henry e todo o sistema capitalista no Haiti é tarefa dos trabalhadores e dos pobres haitianos. Não será esse regime decadente ou uma ocupação imperialista que resolverão o caos político e social criado pelo capitalismo. Mostra-se urgente construir uma organização revolucionária e desenvolver um programa de revolução socialista. Esta será a única saída da crise vivida pelos trabalhadores haitianos.

- Tirem as mãos do Haiti!
- Não a uma ocupação imperialista!
- Derrubem o regime de Henry!
- Lutem pela revolução!



Hector Retamal/Agence France-Presse - Getty Images

VOGÊ É COMUNISTA?



ENTÃO ORGANIZE-SE!

ACESSE MARXISMO.ORG.BR/JUNTE-SE OU USE O QR CODE



ESQUERDA  MARXISTA
CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL